

BB MAPFRE SH1 Participações S.A.

CNPJ 03.095.453/0001-37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da BB MAPFRE SH1 Participações S.A. “SH1”, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas na forma da legislação societária, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Criada em 30 de junho de 2011, quando se estabeleceu a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, a SH1 é uma sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias de seguros que atuam nos ramos de seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

Ativo Circulante Disponível	Nota	2013	2012		
Caixa e equivalentes de caixa	5	22.963	376.953		
Aplicações e créditos a receber	6	33.990	302.431		
Créditos a receber	7	–	11.689		
Créditos tributários e previdenciários	12	8.734	9.480		
Outros créditos		15	11		
Despesas antecipadas Não circulante		2.239.873	2.056.957		
Realizável a longo prazo		–	–		
Títulos e créditos a receber		–	–		
Créditos tributários e previdenciários	12	6.040	6.040		
(-) Provisão para riscos de créditos	12	(6.040)	(6.040)		
Permanente		2.239.873	2.056.957		
Investimentos		2.239.873	2.056.957		
Participações em empresas controladas	8a	2.239.873	2.056.957		
Total do ativo		2.305.838	2.757.521		

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

A Assembleia Geral Extraordinária da SH1 realizada em 30 de novembro de 2012 deliberou, entre outros assuntos, a cisão total das controladas Aliança Participações S.A. e MAPFRE Participações Ltda., considerando (a) a versão do acervo líquido cindido da Aliança Participações à SH1 e à Companhia de Seguros Aliança do Brasil e (b) a versão do acervo líquido cindido da MAPFRE Participações à SH1 e à Vida Seguradora S.A., com consequente extinção das empresas cindidas.

A partir dessa operação, a SH1 passou a controlar diretamente as seguradoras Companhia de Seguros Aliança do Brasil, MAPFRE Vida S.A. e Vida Seguradora S.A.

Em 2013 a SH1 apresentou lucro líquido de R\$ 1.008,0 milhões, 50,29% superior a 2012, obtido substancialmente da equivalência patrimonial de suas controladas. Os prêmios emitidos por estas

Seguradoras totalizaram R\$ 6.244,2 milhões, 34% acima dos registrados em 2012, consolidando o posicionamento de destaque nos seguimentos em que atuam.

Os Acionistas deliberaram nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, realizadas em 26 de junho de 2013 e em 20 de dezembro de 2013, os pagamentos de dividendos de R\$ 873,0 milhões e de R\$ 565,0 milhões, respectivamente, perfazendo um total de R\$ 1.438,0 milhões de distribuição de dividendos em 2013.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2014.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2013	2012
Receitas operacionais		988.515	645.253
Resultado de equivalência em investimentos em controladas	8	988.515	645.253
Outras receitas e (despesas) operacionais		29.847	38.347
(+) Resultado financeiro	11b	32.434	40.068
(-) Despesas administrativas	11a	(2.665)	(1.721)
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		78	–
(=) Resultado operacional		1.018.362	683.600
(-) Resultado antes dos impostos e participações		1.018.362	683.600
(-) Imposto de renda	12	(7.678)	(9.463)
(-) Contribuição social	12	(2.710)	(3.462)
(=) Lucro líquido		1.007.974	670.675
(/) Quantidade de ações	4.159.632.534	4.159.632.534	
(=) Lucro líquido por ação - em Reais		0,24	0,16
Ações ordinárias		2.080.232.148	2.080.232.148
Ações preferenciais		2.079.400.386	2.079.400.386

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	1.007.974	670.675
Outros resultados abrangentes	(18.855)	7.026
Varição líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(31.425)	11.710
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	12.570	(4.684)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	989.119	677.701
Resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas:		
BB Seguros Participações S.A. - 74,99%	741.740	508.208
MAPFRE Brasil Participações S.A. - 25,01%	247.379	169.493

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

	2013	2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	1.007.974	670.675
Ajuste por:	(1.007.370)	(687.319)
Dividendos prioritários propostos	–	(47.945)
Títulos e valores mobiliários (controladas)	(18.855)	7.026
Equivalência patrimonial	(988.515)	(645.253)
Equivalência Aliança Participações e MAPFRE Vida (Ajuste patrimonial líquido - cisão da carteira de previdência)	–	(1.147)
Lucro líquido ajustado	604	(16.644)
Varição nas contas patrimoniais:	277.807	(234.425)
Aplicações	268.441	(259.120)
Créditos tributários e previdenciários	746	(8.780)
Outros ativos	11.422	(11.700)
Obrigações a pagar	303	32.021
Impostos e contribuições	(3.105)	13.154
Caixa líquido proveniente/(usado) nas atividades operacionais	278.411	(251.069)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Dividendos recebidos e outras operações com controladas	805.599	558.862
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	805.599	558.862
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Redução de capital	–	(300.000)
Dividendos pagos	(1.438.000)	(201.090)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(1.438.000)	(501.090)
Líquido de caixa e equivalentes de caixa	(353.990)	(193.297)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	376.953	570.250
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	22.963	376.953

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

6. APLICAÇÕES

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras está apresentada abaixo:

a) Resumo da classificação das aplicações financeiras		2013	2013	2012	2012	
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	33.990	100%	302.431	100%		
Fundos de Investimentos Exclusivos						
Fundos de investimento	–	0%	2.816	1%		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	30.968	91%	161.045	53%		
Letras do tesouro nacional (LTN)	3.022	9%	138.570	46%		
b) Movimentação das aplicações financeiras						
	Saldos em 31/12/2012	Aplicações	Resgates	Rendimentos/atualizações	Despesas/atualizações	Saldos em 31/12/2013
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado						
Fundo de investimentos exclusivos	2.816	–	(3.002)	210	(24)	–
Fundos de investimento						
Letras financeiras do tesouro (LFT)	161.045	870.100	(1.023.998)	29.165	(5.344)	30.968
Letras do tesouro nacional (LTN)	138.570	95.058	(239.367)	9.830	(1.069)	3.022
Total	302.431	965.158	(1.266.367)	39.205	(6.437)	33.990
Descrição	Saldos em 31/12/2011	Aplicações	Resgates	Rendimentos/atualizações	Despesas/atualizações	Saldos em 31/12/2012
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado						
Fundos de investimento	3.480	221	(1.106)	260	(39)	2.816
Letras financeiras do tesouro (LFT)	39.831	99.796	–	25.225	(3.807)	161.045
Letras do tesouro nacional (LTN)	–	120.141	–	21.705	(3.276)	138.570
Total	43.311	220.158	(1.106)	47.190	(7.122)	302.431
c) Composição por prazo e por título						
				1 a 30 dias ou sem vencimento	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo
2013						
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado						
Fundos exclusivos						
Letras financeiras do tesouro (LFT)	–	–	–	–	30.968	30.968
Letras do tesouro nacional (LTN)	–	–	–	–	3.022	3.022
2012						
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado						
Fundos exclusivos						
Fundos de investimento	2.816	–	–	2.816	–	2.816
Letras financeiras do tesouro (LFT)	–	–	–	–	161.045	161.045
Letras do tesouro nacional (LTN)	–	–	–	–	138.570	138.570

1 a 30 dias ou sem vencimento Acima de 360 dias Valor contábil/valor justo

2013

Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado

Fundos exclusivos

Letras financeiras do tesouro (LFT)

Letras do tesouro nacional (LTN)

2012

Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado

Fundos exclusivos

Fundos de investimento

Letras financeiras do tesouro (LFT)

Letras do tesouro nacional (LTN)

Hierarquia de valor justo: Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo estão classificados no Nível 1. Os diferentes níveis foram definidos de se segue: **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo; **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1” cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e **Nível 3:** quando são valorizados com base em modelos de avaliação, cujas variáveis são ou não conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não houve transferências de ativos entre Níveis, bem como a SH1 não possui aplicações classificadas nos Níveis 2 e 3.

7. CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica créditos a receber, no Ativo Circulante, é composta substancialmente por dividendos a receber da Vida Seguradora no montante de R\$ 11.000, recebidos em 28 de março de 2013.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BB MAPFRE SH1 Participações S.A. (doravante designada por “SH1”), é uma sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias de seguros que atuam nos ramos de seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), exceto quando comercializados por meio dos Canais *Affinity*. A SH1 está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 16º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 03.095.453/0001-37. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE (doravante designado Grupo Segurador BB MAPFRE), representado por duas Sociedades *Holdings*: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliários e rural; e b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluindo os seguros de veículos e nos seguros de vida em geral, imobiliário e agrícola quando comercializados por canais *affinity*. Nessa Companhia os valores da referida associação foram registradas a custo histórico. A SH1 possui governança formada por Presidente e Diretoria, sendo que decisões consideradas significativas, como mudanças de planos de negócios, novas parcerias com outras empresas e captações no mercado devem ser remetidas ao acordo dos acionistas firmado entre MAPFRE e Banco do Brasil. Nesse contexto, conforme previsto no LCP nº 09-R1 Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, em seu artigo 44, essa sociedade *holding* enquadrar-se como entidade veículo e, portanto, todos os registros contábeis, a valor justo, relativos à associação da MAPFRE com o Banco do Brasil, foram efetuados na controladora final, MAPFRE Brasil Participações S.A.. Visando a simplificação do modelo operacional e da estrutura societária do Grupo Segurador BB MAPFRE, a Assembleia Geral Extraordinária da SH1 realizada em 30 de novembro de 2012, deliberou, entre outros, a cisão total das controladas Aliança Participações S.A. (doravante designada por “Aliança Participações”) e MAPFRE Participações Ltda. (doravante designada por “MAPFRE Participações”), com (a) a versão do acervo líquido cindido da Aliança Participações à SH1 e à Companhia de Seguros Aliança do Brasil (doravante designada “AB”) e (b) a versão do acervo líquido cindido da MAPFRE Participações à SH1 e à Vida Seguradora S.A. (doravante designada “Vida”), conforme detalhado na nota explicativa nº 14, com consequente extinção das empresas cindidas. As participações da SH1 nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2013, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012, eram as seguintes:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com observância às práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, haja vista as controladas da SH1 serem Seguradoras. A MAPFRE Brasil Participações S.A., controlador em última instância, dispensou a apresentação das demonstrações financeiras da SH1 de forma consolidada com as suas controladas, em conformidade com o item 10 da Resolução CFC nº 1.240/09, que aprovou a NBC TG 36 - Demonstrações Consolidadas, em virtude dos seguintes fatores: (a) Não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (b) A SH1 não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (c) A SH1 não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou outro órgão regulador; e (d) A controladora final da SH1, que é a MAPFRE Brasil Participações S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2014. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2012, conforme disposições do CPC nº 21 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **c) Continuidade:** A Administração considera que a SH1 possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **e) Moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da SH1. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** Nas demonstrações financeiras foram registrados determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, estabelecida a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros, em consonância às normas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido ativo. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 3b - Instrumentos financeiros; • Nota 12 - Imposto de renda e contribuição social. **g) Segregação entre circulante e não circulante:** A SH1 efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. **h) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela seguradora:** As revisões da IAS 32 “Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros” explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. O IFRS 9 “Instrumentos Financeiros” (emitido em novembro de 2009) é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros no momento de sua adoção. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A SH1 considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **b) Instrumentos financeiros:** A SH1 classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i. designados pelo valor justo por meio do resultado, ii. mantidos até o vencimento, iii. disponíveis para venda e iv. empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. i. *Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A SH1 gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. ii. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade financeira de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. iii. *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mantidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ou valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. iv. *Empréstimos e recebíveis:* Compreende ativos financeiros não derivativos com

pagamentos fixos ou determináveis, porém, não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de “Receitas ou despesas financeiras”. A SH1 possui contas a receber líquidas e outros créditos classificados nessa categoria. v. Determinação do valor justo: Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa 6. **c) Redução do valor recuperável:** i. *Ativos financeiros:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A SH1 gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. ii. *Ativos não financeiros:* É reconhecida uma perda por imparidade se o valor contabilizado de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, são revisitos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por imparidade. Não foram identificados indicadores de redução ao valor recuperável dos ativos. **d) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial pelo custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança por diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a SH1 reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulga esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Não existem ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a SH1 e as controladas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que a SH1. Não existem diferenças entre as políticas contábeis adotadas pela SH1 e suas controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a SH1 determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da SH1 em suas controladas. A SH1 determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a SH1 calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. **e) Passivos financeiros:** Compreendem substancialmente fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o passivo que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. **f) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a SH1 tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **g) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$ 2.050.198 e está representado por 4.159.632.534 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.080.232.148 são ações ordinárias e 2.079.400.386 ações preferenciais. **b) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e regulamentado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. Em 22 de julho de 2013, foram pagos dividendos aos acionistas no montante de R\$ 873.000, a título de parte dos lucros do exercício de 2012, dos quais R\$ 160.000 foram provisionados na rubrica obrigações a pagar no exercício de 2012. Em 20 de dezembro de 2013, foram deliberados e pagos dividendos intermediários aos acionistas, no montante de R\$ 565.000, a título de parte dos lucros do exercício de 2013. **c) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. **d) Reserva de Investimentos:** Criada na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de junho de 2013 com o saldo da Reserva de lucros, é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social. **e) Ajustes de avaliação patrimonial:** Compreende ajustes correspondentes aos Títulos e Valores Mobiliários classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, registrando-se a variação decorrente do ajuste do valor de mercado no patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. **f) Distribuição de resultados:** Para os resultados dos exercícios 2013 e 2012, a Administração propôs as seguintes distribuições:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	1.007.974	670.675
Constituição da reserva legal (5%)	(50.399)	(33.534)
Lucro líquido ajustado	957.575	637.141
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	239.394	159.285
Adicional dividendos propostos	569.488	715
Total de dividendos distribuídos	808.882	160.000
Distribuição dos dividendos		
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias	404.522	80.000
Dividendos distribuídos para as ações preferenciais	404.360	80.000
Quantidade de ações		
Ações ordinárias	2.080.232.148	2.080.232.148
Ações preferenciais	2.079.400.386	2.079.400.386
Dividendos distribuídos por ação		
Ações ordinárias	0,19	0,04
Ações preferenciais	0,19	0,04
Saldo em 1º de janeiro de 2012	-	-
(+) Distribuição de dividendos do exercício	160.000	160.000
Saldo em 31 de dezembro de 2012	160.000	160.000
(+) Distribuição de dividendos do exercício	808.882	160.000
(+) Distribuição de dividendos de saldo da reserva de investimentos	469.118	-
(-) Pagamentos	(1.438.000)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-

11. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

a) Despesas administrativas

	2013	2012
	(2.665)	(1.721)
Pessoal próprio	(930)	(621)
Serviços de terceiros	(107)	(90)
Localização e funcionamento	(73)	(448)
Despesas com tributos	(986)	(254)
Donativos e contribuições	(344)	(202)
Despesas com publicações	(141)	-
Outras despesas administrativas	(84)	(106)

b) Resultado financeiro

	2013	2012
Receitas financeiras	33.094	40.068
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	32.768	40.068
Outras receitas financeiras	326	-
Despesas financeiras	(660)	-
Despesas financeiras eventuais	(660)	-
Total	32.434	40.068

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado pelo critério "pro rata-die", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados e as operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificadas por conta de rendas a apropriar ou despesa a apropriar correspondentes ao período futuro.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2013		2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	1.018.362	1.018.362	683.600	683.600
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 9%	254.567	91.653	170.876	61.524
Resultado de participação em controladas	(247.129)	(88.966)	(161.313)	(58.073)
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	-	-	(325)	(117)
Diferenças permanentes	65	23	30	11
Incentivo fiscal	(180)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.323	2.710	9.268	3.345
Constituição/(reversão) de crédito tributário	-	-	195	117
Ajustes relativos a exercícios anteriores	355	-	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	7.678	2.710	9.463	3.462
Alíquota efetiva (%)	1%	0%	1%	1%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar: O imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a compensar em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e a variação no período referem-se a:

	Balanço patrimonial		Resultado
	2013	2012	Varição
Ativo	7.199	7.433	(234)
Tributos retidos na fonte	1.535	2.047	(512)
Tributos a compensar	8.734	9.480	(746)
Total circulante	6.040	6.040	-
Prejuízo fiscal/base negativa	(6.040)	(6.040)	-
Provisão para perda prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-
Total não circulante	-	-	-

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas à SH1, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC nº 05 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração: É contabilizada na rubrica "Despesas Administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os benefícios de curto prazo providos aos administradores em 2013 e 2012 foram os seguintes:

	2013	2012
Proventos	930	621

b) Outras informações:

As transações com empresas relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado em relação a preços, prazos e taxas contratadas.

14. CISÃO E INCORPORAÇÃO

Nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 30 de novembro de 2012, foram aprovados os Protocolos de Cisão e seus respectivos laudos de avaliação, relativos à operação de cisão total da Aliança Participações e da MAPFRE Participações, refletindo a transferência dos controles acionários das seguradoras Companhia de Seguros Aliança do Brasil e Vida Seguradora S.A., passando a serem controladas diretamente pela SH1. Os laudos de avaliação foram elaborados na data base de 31 de outubro de 2012 e apresentaram os seguintes valores de patrimônios cindidos e vertidos para as correspondentes empresas:

	Saldos cindidos - 31/10/2013	Acervo líquido - versão para SH1	Incorporação Reversa - acervo AB
Aliança Participações	26.377	26.377	-
Ativo circulante			
Investimentos			
Vida	104.640	104.640	-
AB	910.693	-	910.693
Marcação a mercado AB	6.885	-	6.885
Ágio AB	581.448	-	581.448
(-) Amortização ágio AB	(94.681)	-	(94.681)
Crédito tributário ágio AB	23.670	-	23.670
PMPL	(365.075)	-	(365.075)
Total do ativo	1.193.957	131.017	1.062.940
Passivo circulante	511	511	-
Patrimônio líquido	1.193.446	130.506	1.062.940
Total do passivo	1.193.957	131.017	1.062.940

	Saldos cindidos - 31/10/2012	Acervo líquido - versão para SH1	Incorporação Reversa - acervo Vida
MAPFRE Participações	302	302	-
Ativo circulante			
Investimentos			
Vida	108.906	-	108.906
Ágio Vida	144.021	-	144.021
PMPL	(86.412)	-	(86.412)
Total do ativo	166.817	302	166.515
Patrimônio líquido	166.817	302	166.515
Total do passivo	166.817	302	166.515

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Obrigações a pagar: O saldo da rubrica Obrigações a pagar de R\$ 318, está composto por valores a pagar a Fornecedores. O saldo em 2012, de R\$160.000, refere-se a provisão de dividendos propostos aos acionistas, pagos em 22 de julho de 2013. **b) Medida provisória nº 627:** Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: *i* revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; *ii* altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A SH1 preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada desta melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração desta conclusão. A SH1 aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal de 2014.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BB MAPFRE SH1 PARTICIPAÇÕES S.A. ("SH1"), sociedade do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras - SH1, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o parecer dos Auditores Independentes - Ernst & Young Auditores Independentes, com ressalva recorrente em virtude da constituição da Provisão Complementar de Prêmios - PCP, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas. São Paulo, 20 de fevereiro de 2014.

Adilson do Nascimento Anísio Presidente	Gueitiro Matsuo Genso Membro Titular	Mauro Cesar Batista Membro Titular	Luiz Roberto Castiglione de Lima Membro Titular
---	--	--	---

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, composto por três membros, é instituído na empresa líder BB MAPFRE SH1 Participações S.A., nos termos da Resolução nº 118, de 22 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Tem alcance ainda sobre as seguintes empresas: Companhia de Seguros Aliança do Brasil, MAPFRE Vida S.A. e Vida Seguradora S.A. O Comitê tem como principais atribuições: revisar as demonstrações financeiras quanto à qualidade e à integridade; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna por meio do acompanhamento da sua atuação, da qualidade dos seus trabalhos, da sua independência e do cumprimento das demais exigências legais e regulamentares; avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos à luz das normas aplicáveis, evidenciando eventuais deficiências identificadas. O Comitê realiza suas avaliações com base nas informações e documentos recebidos da Administração, dos auditores externos, da Auditoria Interna, dos gestores de riscos e controles, bem como nas suas próprias análises. O Comitê exerce suas atividades com independência, reportando-se ao Conselho de Administração da empresa líder BB MAPFRE SH1 Participações S.A., em cumprimento às disposições constantes da Resolução CNSP nº 118/04. Para o exercício de sua missão institucional, reuniu-se mensalmente no período de julho a dezembro de 2013, fez diligências e requisições de documentos e informações. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas. A partir de 1º.10.2013 o Sr. José Danúbio Roza passou a compor o Comitê de Auditoria, em

substituição ao Sr. Egidio Otmar Ames, tendo sido eleito o Sr. Ilenor Elemar Zingler para assumir a coordenação. **Sistema de Controles Internos** Em 2013, o Comitê reuniu-se com representantes da Administração para acompanhar a evolução da estrutura e funcionamento de diretorias e unidades e avaliar aspectos relativos ao gerenciamento de riscos e controles. Com base nas informações levadas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria considera adequado o Sistema de Controles Internos das companhias abrangidas. **Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas** Com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, o Comitê concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das empresas abrangidas. **Auditoria Independente** O Comitê avalia como satisfatória a qualidade das informações fornecidas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos. **Auditoria Interna** O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna e avalia como adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados. **Canal de Comunicação** O Comitê de Auditoria acompanha a natureza, as características, os objetivos e a dinâmica de funcionamento dos canais operados pela

Companhia. Aprecidou melhorias para melhor atender à determinação do art. 17, inciso VI, da Resolução CNSP nº 118/04. O Comitê tomou ciência das ocorrências relatadas e, após analisar os fatos e as providências adotadas pela Administração, deliberou quanto às providências a serem adotadas. **Demonstrações Financeiras** Ao longo do exercício de 2013, o Comitê acompanhou a evolução dos procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da Administração. A respeito, debateu com a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e com os executivos responsáveis. Foi também examinado o resumo das principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria revisou, previamente à publicação, as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, da MAPFRE Vida S.A., da Vida Seguradora S.A. e da BB MAPFRE SH1 Participações S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, inclusive notas explicativas, relatório da Administração e da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. desta data, concluindo que, ponderada a manifestação do Auditor Independente relativa aos registros da PCP, tais documentos estão adequados e foram produzidos de acordo com as normas legais aplicáveis. São Paulo, 20 de fevereiro de 2014.

Ilenor Elemar Zingler Coordenador	José Danúbio Roza Membro Titular	Wilson Alves Feitosa Membro Titular
---	--	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
BB MAPFRE SH1 Participações S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras da BB MAPFRE SH1 Participações S.A., ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB MAPFRE SH1 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2014.

 ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6 Patrícia di Paula da Silva Paz Contadora CRC-1SP198827/O-3	Leandro Galkyz Uzzi de Oliveira Contador CRC-1SP232769/O-1
---	--

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilson Toneto Presidente	Osmar Fernandes Dias Vice-Presidente	Aldemir Bendine Conselheiro	Andrés Jiménez Herradon Conselheiro	José Ramón Tomás Forés Conselheiro	Marcelo Estrela Fiche Conselheiro	Marcos Eduardo dos Santos Ferreira Conselheiro	Thomas Timothy Traumann Conselheiro
------------------------------------	--	---------------------------------------	---	--	---	--	---

DIRETORIA

Roberto Barroso Diretor Presidente	Marcos Eduardo dos Santos Ferreira Diretor Vice-Presidente
--	--

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves CRC 1SP183717/O-5
